



**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: O
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DOS
JOVENS**

Diogo Rodrigo do Nascimento¹
nascimentdiogo@gmail.com

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo o acompanhamento das práticas pedagógicas dos professores de língua portuguesa que atuavam dentro do Sistema Socioeducativo do Estado de Alagoas, entre os anos de 2014 e 2015. De forma qualitativa, partindo de entrevista feita com a coordenação pedagógica do sistema e questionário aplicado com as professoras de língua portuguesa, acompanhamos as ações pedagógicas, em especial com relação ao ensino de língua portuguesa, que se desenvolveram na Secretaria de Atendimento Socioeducativo (SASE)², na atual conjuntura da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A discussão acerca da qualidade da prática docente nesta modalidade de ensino surgiu a partir da observação de um conjunto de documentos governamentais lançados nos últimos anos com referências estratégicas à educação, sobretudo dentro dos espaços de privação de liberdade. A pesquisa se desenvolveu com a participação direta dos profissionais, docentes e coordenação que atuavam nesse ambiente, a partir de entrevista e questionário. Além disso, foram feitas visitas ao campo de estudo que permitiram uma análise local das dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Educação. Na entrevista colhida e questionário realizados com os sujeitos pesquisados nas unidades do sistema percebemos que esta pesquisa permitiu debruçarmos num olhar mais crítico e detalhado sobre as ações desenvolvidas no sistema SASE, como a educação realmente acontecia nesse ambiente e como ela se dava, naquela conjuntura, em relação ao atendimento à demanda de jovens internos e egressos desse sistema. Os resultados obtidos na pesquisa mostraram a real situação da educação ofertada dentro do Sistema Socioeducativo de Alagoas, em particular com relação ao ensino de língua portuguesa, suas problemáticas, suas dificuldades com relação ao trabalho de socialização dos jovens atendidos pelo sistema, o aprendizado da língua pelos mesmos e o seu auxílio para o processo de socialização dos jovens atendidos pela SASE.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Docente. Educação de Jovens e Adultos. Sistema Socioeducativo. Ensino de Língua Portuguesa

¹ Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). Graduado no curso de Licenciatura em Letras/Português pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: nascimentdiogo@gmail.com

² Atual Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propôs um estudo sobre o ensino de Língua Portuguesa no âmbito do sistema de atendimento socioeducativo. A nossa proposta foi investigar a oferta do ensino de língua portuguesa, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – onde o atendimento a jovens infratores está inserido - e o seu auxílio no processo de socialização dentro do ambiente socioeducativo. O nosso campo de investigação foi a Secretaria de Atendimento Socioeducativo (SASE) que atende menores infratores do Estado de Alagoas, em unidades distribuídas na capital e na cidade de Rio Largo. A oferta da educação dentro da Secretaria de Atendimento Socioeducativo (SASE) é de responsabilidade do Governo do Estado de Alagoas. No início das nossas pesquisas, a escola que se responsabilizava pela oferta de escolarização nas unidades do sistema era a Escola Estadual Coronel Alves Mata e no início desse ano (2015) passou a ser de responsabilidade da Escola Estadual de Educação Básica Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues. A Escola Estadual de Educação Básica Paulo Jorge ficou não somente com a demanda do Sistema Socioeducativo, mas sim, com a gerência de toda a Educação de Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Estado de Alagoas. Observando as peculiaridades encontradas na EJA, buscamos com esse trabalho compreender como as aulas de língua portuguesa contribuem para a socialização dos jovens oriundos do sistema socioeducativo, considerando a diversidade de sujeitos que são atendidos por essa modalidade de ensino. Além disso, acreditamos ser possível compreender se as propostas metodológicas utilizadas na prática docente proporcionam a continuidade do processo de escolarização dos educandos egressos desse sistema. O nosso trabalho foi dividido em dois momentos. O primeiro tem a preocupação de situar a Educação de Jovens e Adultos, rememorando o percurso percorrido por essa modalidade no Brasil, que já vem desde as primeiras décadas do século XX e que a partir da década de 50 começa a ganhar uma nova visão política e democrática no Brasil com o MOBRAL e os movimentos de educação de jovens e adultos nas áreas urbanas.

Posteriormente, se fez necessário introduzir à discussão a perspectiva da EJA no ambiente prisional, que – ao contrário de outros campos de atuação da modalidade EJA – consegue atender de maneira mais completa aos alunos dessa modalidade, pois o que diz respeito aos jovens infratores, o Estatuto da Criança e do

Adolescente (Lei 8.609/90) refere, como direito do adolescente privado de liberdade, o recebimento de escolarização e profissionalização (ECA, art. 124, inciso XI), mas somente o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01), no espaço destinado à Educação de Jovens e Adultos, operacionaliza o atendimento a essa população “Implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional”. (PNE, 2000, p. 44) Ainda no primeiro capítulo inserimos a discussão acerca da importância da educação no processo de ressocialização, visto que o sistema de atendimento socioeducativo ainda apresenta dificuldades no cumprimento das exigências legais de reintegração social dos jovens privados de liberdade. Posteriormente, voltamos a nossa análise às discussões iniciais desse trabalho: investigar como funciona o trabalho pedagógico dentro do sistema e a prática de ensino de língua portuguesa nos ambientes de atendimento socioeducativo. A discussão acerca da prática docente nesta modalidade de ensino surgiu a partir da observação de um conjunto de documentos governamentais lançado nos últimos anos com referências estratégicas à educação, sobretudo dentro dos espaços de privação de liberdade. O segundo capítulo se refere à fase de pesquisa de campo. Considerando os objetivos iniciais, a nossa pesquisa foi pautada em entender a dinâmica do ensino de Língua Portuguesa na modalidade da Educação de Jovens e Adultos em espaços de privação de liberdade. Após a etapa inicial da pesquisa bibliográfica - quando contemplamos a análise documental da legislação vigente, a revisão dos estudos acerca da Educação de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, dos jovens oriundos do Sistema Socioeducativo - prosseguimos com a intenção de confrontar as informações colhidas com a realidade percebida pelos educadores. As orientações preliminares trazidas na fase de consulta bibliográfica não seriam suficientes para caracterizar esses sujeitos e entender como se dá o processo de ensino e ressocialização dos cidadãos atendidos pelo sistema. Por conta disso, a pesquisa se desenvolveu de modo qualitativo, com a participação direta dos profissionais, docentes e coordenação, que atuam nesse ambiente a partir de entrevistas semiestruturadas. Segundo Lüdke e André (2004), nesse tipo de investigação supõe-se o contato direto e prolongado do pesquisador com a realidade a ser investigada, através do trabalho intensivo de campo. Dessa forma, “analisar os dados qualitativos

significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis” (LÜDKE; ANDRÉ; 2004, p.45). Além disso, foram feitas visitas ao campo de estudo que permitiram uma análise local das dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Educação. A entrevista foi realizada com a gestão e o questionário aplicado com as professoras de língua portuguesa. O nosso intuito foi compreender o fenômeno a partir da visão dos sujeitos pesquisados, considerando que as suas opiniões e convicções orientam a formação e a atitude pedagógica. Essas coletas de dados nos permitiram uma avaliação descritiva e, a partir dessa ótica, é intuito desse trabalho investigar as contribuições das ações pedagógicas nesse espaço educativo, partindo da seguinte problematização: **Como o ensino de língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos contribui para o processo de ressocialização dos jovens do sistema socioeducativo?** Essa é uma avaliação reflexiva sobre a prática pedagógica, visto que a participação de todos os agentes envolvidos no ambiente educacional é decisiva na tentativa de ressocializar os jovens infratores. Esperamos com essa análise trazer uma discussão sobre o ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos dentro da SASE, considerando a diversidade de sujeitos que são atendidos pela EJA nas unidades do sistema. Além disso, acreditamos ser possível avaliar os métodos de ensino utilizados na atividade docente e de que forma esses meios podem influir decisivamente na ressocialização dos educandos advindos desse sistema.

2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EJA DENTRO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES

Essa pesquisa teve como principal objetivo compreender as contribuições da prática pedagógica do professor da Educação de Jovens e Adultos, especificamente do professor de língua portuguesa que atua no sistema socioeducativo, para o processo de ressocialização e reintegração social dos jovens advindos desse regime. Para isso, elaboramos um roteiro de trabalho que envolveu visitas às unidades, entrevistas com a gestão e questionário com os professores de língua portuguesa, já que o intuito da pesquisa é avaliar como a prática docente dos

professores de língua portuguesa auxiliam no processo de ressocialização do jovens atendidos pelo sistema socioeducativo. Esse roteiro permitiu uma reflexão satisfatória das dificuldades enfrentadas por eles no exercício de sua função e, conseqüentemente, uma releitura do trabalho desempenhado por esses atores no desenvolvimento desses alunos. A nossa investigação se realizou na Secretaria de Atendimento Socioeducativo (SASE). A Secretaria é responsável pelas unidades de atendimento socioeducativo, presentes nas cidades de Maceió e Rio Largo. Cada unidade tem uma demanda específica e, por conta disso, elas são subdivididas da seguinte maneira:

- Unidade de Internação Feminina (UIF);
- Unidade de Internação Masculina (UIM);
- Unidade de Internação Masculina e Extensão (UIME);
- Unidade de Internação Provisória Masculina (UIPM);
- Unidade de Semiliberdade Masculina (USM).

A instituição atende cerca de duzentos e quarenta jovens infratores, com idade máxima de 21 anos, que são divididos em sentenciados ou cumpridores de medida provisória. Independentemente da situação escolar anterior à internação, todos os apenados são incluídos na modalidade oferecida pelo Sistema Socioeducativo, que é a Educação de Jovens e Adultos.

O trabalho escolar dentro do sistema compreende uma sessão de esforços coletivos com o objetivo de conduzir o processo educacional de modo integrado, estabelecer objetivos, influir na tomada de decisões para dirimir problemas, monitorar e avaliar mecanismos pedagógicos e propor a atuação efetiva de todos os agentes envolvidos na gestão escolar.

Já na construção do seu Projeto Político-Pedagógico, as Unidades de Internação da SASE enfatizam a necessidade de participar ativamente da mudança da realidade de vida dos jovens infratores, mesmo com o distanciamento da realidade ideal necessária para o desenvolvimento da atividade docente.

A sistematização de uma diretriz pedagógica para o atendimento socioeducativo de privação de liberdade, em internação provisória é um grande desafio para o Núcleo Estadual de Atendimento Socioeducativo, responsável pela gestão da política de atendimento socioeducativo em âmbito Estadual. **O objetivo desta proposta é sistematizar uma abordagem voltada para a preparação de adolescentes e jovens para o convívio social de forma a atuarem como cidadãos e futuros profissionais, como protagonistas de suas vidas e da própria realidade social, de modo a não reincidirem na prática dos atos infracionais.**

Elaborada coletivamente pela equipe do NEAS, com base na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, e demais instrumentos da normativa nacional e internacional na área da infância e da juventude, **a proposta ora apresentada constitui-se em uma alternativa para fazer frente às dificuldades estruturais do sistema socioeducativo, ao mesmo tempo visa a atender ao período de internação provisória que inviabiliza a administração de um currículo regular em conformidade com as escolas regulares, chamadas pelos jovens internos de "lá de fora". O eixo principal da proposta pedagógico é a reflexão sobre cidadania e cultura. A partir desses eixos serão estruturadas oficinas pedagógicas que agruparão as diversas disciplinas do currículo comum do ensino básico.** Dessa forma são propostos temas geradores com o objetivo de provocar nos jovens reflexões sobre o ato infracional cometido, ao mesmo tempo em que procura novos horizontes a partir do envolvimento social e da resignificação da escola em suas vidas. (GOVERNO DE ALAGOAS, 2013, p.7, grifos nossos)

Para entender como as atividades sugeridas no PPP do SASE (antigo NEAS) se desenvolvem, propomos algumas entrevistas com a coordenação pedagógica e com os professores de língua portuguesa. Os professores e a coordenação foram submetidos à sequências de perguntas relacionadas à prática pedagógica do professor de língua portuguesa e com o tratamento pedagógico ofertado aos alunos nos espaços de privação de liberdade. A nossa entrevista foi dividida em duas

etapas: a primeira se referiu às condições de trabalho no Sistema Socioeducativo e a segunda etapa se referiu diretamente à prática pedagógica.

2.1. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos perpassa a organização prevista na matriz curricular de ensino de língua portuguesa que envolve o trabalho com as modalidades escrita e oral da língua: ela está a favor do ensino democrático e de qualidade que permite ao aluno se comunicar melhor. Esta modalidade (EJA) está em nossa sociedade desde o processo de colonização, quando vieram junto das caravelas os primeiros “professores de língua portuguesa” ou primeiros catequistas (os jesuítas), com a intenção de formar os nativos de terras brasileiras, tendo esses como os primeiros alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Guimarães (2005, p. 24) “aqui, em terras brasileiras, ela (a língua portuguesa) entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa geografia, a língua oficial e nacional do Brasil”. Nesse contexto, a Língua Portuguesa ainda sofria com a influência de outras línguas no território brasileiro e por conta dessas influências ainda não se tinha como a língua oficial do Brasil, ou seja, ainda havia uma resistência na utilização de uma só língua, por conta até mesmo de uma diversidade cultural existente na colônia.

Segundo Guimarães (2005), a divisão da história da Língua Portuguesa no Brasil se dá em quatro períodos, considerando a sua relação com as demais línguas utilizadas no território brasileiro. O primeiro período é datado do início da colonização até a chegada dos holandeses no Brasil. O segundo momento se dá com a saída dos holandeses do Brasil e a preparação da chegada da família real ao Brasil - nesse período o português não tem mais uma outra língua de Estado (o holandês); somente as línguas dos povos dominados (índios e negros). O terceiro momento começa com a chegada da família real no Brasil e se estende até a Independência, quando se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro. O quarto período se inicia por ocasião da decisão do

parlamento e, em 1827, ocorrem discussões quanto ao objeto de ensino dessa “nova língua”: os professores deveriam ensinar a ler e escrever utilizando a Gramática da Língua Nacional. Dentro desse contexto, a língua portuguesa no Brasil, antes considerada oficial, torna-se agora a língua da Nação Brasileira, ou seja, a língua do colonizador transforma-se agora na língua do colonizado.

Nessa perspectiva histórica, passamos a observar que o ensino de língua portuguesa no Brasil buscava o trabalho com o conhecer a língua e que, só depois de décadas de história, foi formulada uma nova maneira de trabalho, visando o ensino da língua com a exploração das modalidades oral e escrita. O ensino da escrita se deu com o processo de leitura e alfabetização nos primeiros grupos de adultos atendidos pelos programas governamentais (MOBRAL, MOVA, BRASIL ALFABETIZADO), em “práticas de letramento” feitas em sala de aula. Muitos dos casos não tinham muito êxito, visto que o ensino era feito de forma metódica, ensinando a gramática pela própria gramática, decorando conceitos e classes gramaticais, entre outros assuntos, sem proporcionar ao aluno um domínio das modalidades escrita e fala.

O que começou a acontecer nesse momento foi um processo de “letramento” nas comunidades brasileiras, que buscava o ensino da língua portuguesa. Ele era considerado, inicialmente, como o processo de ler e escrever, aprendido pelos jovens e adultos que estavam fora da faixa etária de escolarização no ensino regular. No entanto, o processo de letramento vai além do aprender a ler e escrever. Segundo Mollica e Leal (2009), letramento ainda significa “os múltiplos saberes de natureza sócio-político-culturais que os cidadãos podem exhibir e colocar em prática no seio das comunidades, para fins diversos, mesmo que não sejam alfabetizados”. Desta forma, consideramos o processo de letramento inseparável do processo de alfabetização.

Quando falamos em letramento ou alfabetização, e mais propriamente quando se trata do ensino de língua portuguesa, precisamos definir exatamente o que deve ser ensinado e explorado nesse ensino: as modalidades oral e escrita junto com a prática da leitura, proporcionando ao aluno a contextualização do aprendizado da língua. Devemos levar em consideração todo o conhecimento já obtido pelo público da EJA, pois mesmo com o pouco conhecimento sistematizado sobre a língua, esses alunos falam a língua portuguesa e conhecem a sua função

primordial, que é a comunicação. Trazemos aqui uma observação, acerca da realidade do ensino-aprendizagem de língua portuguesa, colocados por Irandé Antunes.

Um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua portuguesa acontece, desde o Ensino Fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas. (ANTUNES, 2003, p.19)

Antunes ainda completa essa forma descontextualizada, mostrando a visão do aluno também colocada aqui da seguinte maneira:

[...]manifesta-se na súbita descoberta, por parte do aluno, de que ele “não sabe português”, de que “ o português é uma língua muito difícil”. Posteriormente, manifesta-se na confessada (ou velada) aversão às aulas de português e, para alguns alunos, na dolorosa experiência da repetência e da evasão escolar. (ANTUNES, 2003, p. 20)

2.1.1 Caracterização dos sujeitos pesquisados: uma breve apresentação das professoras e da coordenação

A partir de agora, caracterizaremos os sujeitos pesquisados com nomes fictícios: usaremos “*Lara*” para determinar a fala da gestão, “*Joana*” para a fala da primeira professora de Língua Portuguesa e “*Marta*” para a segunda professora. A coordenadora que participou da pesquisa é formada em Pedagogia desde o ano de 2010 e pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Trabalha no Sistema Socioeducativo há 3 anos como Coordenadora pedagógica - em regime de contrato temporário, já teve experiência em sala de aula em turmas da Educação Infantil e em uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental desde o ano de 2007. Ao trazermos a fala da coordenadora neste trabalho, usaremos um nome fictício de Lara, visto que ela representa a gestão.

A primeira professora pesquisada tem formação superior completa no curso de Licenciatura em Letras (Português – Inglês). É formada há 3 anos e não possui

nenhuma pós-graduação, nem na área do conhecimento, nem em áreas afins. A docente ensina há 5 anos e trabalha no Sistema Socioeducativo há 2 anos, no regime de monitoria do Estado. Já teve experiência em sala de aula, fora do Sistema, como professora de ensino regular, ensinando em turmas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, lecionando as disciplinas de Português e Inglês em escolas particulares e na rede pública (como monitora). Ao trazermos a fala da primeira professora, usaremos um nome fictício de Joana.

A segunda professora pesquisada tem formação superior completa no curso de Licenciatura em Letras (Português). É formada há 16 anos e possui pós-graduação (a professora não informou a área da pós durante a pesquisa). Ensina há mais de 20 anos e trabalha no Sistema há 2 anos, no regime de monitoria do Estado. Ela já teve experiência em sala de aula fora do Sistema como professora de ensino regular, ensinando em turmas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, lecionando a disciplina de Língua Portuguesa, em escolas particulares e na rede pública, como monitora. Atualmente, ela leciona só na rede pública dentro do Sistema e em escolas regulares. Ao trazermos a fala da segunda professora, usaremos um nome fictício de Marta.

2.1.2 A ressocialização no sistema socioeducativo: o que dizem as professoras de língua portuguesa e a coordenação pedagógica.

Em relação às condições de trabalho, é unânime que o Sistema Socioeducativo é carente de incentivos. As dificuldades existem e, segundo os professores, o trabalho é dificultado em virtude da quantidade limitada de recursos e da falta de apoio da direção do SASE. A coordenadora Lara afirmou que *“o trabalho na maioria das vezes fica complicado, difícil”*¹. Ainda assim, ela enfatizou que as atividades de escolarização melhoraram, em comparação com os anos anteriores, em desacordo com a fala das docentes.

Há sim um incentivo pela parte da direção, como eu já falei. Hoje a situação está muito melhor porque a gente tem condições de dar, realmente, salas de aula a esses adolescentes, com uma visão maior de que a educação acontece e que a escola está funcionando. Até então eles se diziam desacreditados, (...) e hoje as coisas estão

acontecendo e a gente vê um incentivo para que os professores estejam mais voltados a essa questão das atividades com eles (os alunos). (LARA)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com o Sistema Socioeducativo nos permitiu compreender o trabalho desempenhado pela equipe pedagógica - em especial pelos professores de língua portuguesa, as suas contribuições para o desenvolvimento da educação de Jovens e Adultos e para a proposta de ressocialização nesse ambiente. Essa observação possibilitou a análise desse regime e de que modo a atuação docente permite a continuidade do processo de escolarização das pessoas privadas de liberdade, conforme preconiza a legislação educacional vigente, além de perceber como as ações pedagógicas desenvolvidas possibilitam a ressocialização dos jovens infratores e a reinserção dos discentes egressos do sistema para a sociedade. As políticas públicas destinadas à educação básica não podem excluir os ambientes de privação de liberdade. Um novo olhar sobre essa pauta é necessário para garantir a efetividade das ações educativas que pretendem influir decisivamente na mudança da realidade de vida dos jovens. Percebemos que, apesar do esforço dos professores e da gestão pedagógica em ressocializar essas pessoas, essa falta de investimento no Sistema Socioeducativo limita todas as ações pedagógicas. Além disso, julgamos necessário investir numa formação continuada específica para os professores no Sistema Socioeducativo. A falta de afinidade com a EJA e, especificamente, com o Sistema de Atendimento Socioeducativo é um complicador para a gestão e, sobretudo, para permanência dos profissionais no ambiente de privação de liberdade. A rotatividade de professores é um problema sério quando pensamos na continuidade das ações pedagógicas. A inserção dos ambientes prisionais na perspectiva da EJA precisa ser melhor delineada, considerando as particularidades do Sistema Socioeducativo. Apesar de ser considerada pelos professores e pela gestão como a modalidade adequada para o desenvolvimento da ação pedagógica, o trabalho com esses jovens exige um olhar diferenciado, sobretudo pelas condições diversas em que os menores se encontravam antes da entrada no ambiente socioeducativo. Considerar essas diversidades é imprescindível para a continuidade do trabalho no Sistema.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre. **Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios.** *Paidéia - Revista do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.* Universidade FUMEC. Belo Horizonte, ano 6, n. 7, p. 101-121, jul./dez. 2009.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?.** *Educação & Realidade,* Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 179-204, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em 20 jul. 2015.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. **A língua portuguesa na descola: percurso e perspectivas.** *Interdisciplinar,* v. 6, nº. 6 - p.35 - 56, Jul/Dez de 2008. Disponível em <http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_6/INTER6_Pg_35_56.pdf> Acesso em 02 de set. 2015.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 23 dez. 1999. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 20 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf> Acesso em 02 nov. 2015

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em 20 jul. 2015.

BRASIL, Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 jan. 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em 20 jul. 2015.

BRASIL. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA).** Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Educando para a liberdade: trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras.** Brasília: UNESCO; Governo Japonês; Ministério da Educação; Ministério da Justiça, 2006.

BRASIL. **Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal**. Secretaria Nacional de Justiça (org.) Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. **A Educação de Adultos e Jovens e Adultos: um olhar sobre o passado e o presente**. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/16712>> Acesso em 20 de setembro de 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *RAE*. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29. Mai./Jun., 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Proposta Político Pedagógica – Coletivo NEAS**. Alagoas: Superintendência de Proteção e Garantia na Medida Socioeducativa, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **A Língua Portuguesa no Brasil**. in Línguas do Brasil. Ciência e Cultura. Revista da SBPC. Ano 57. nº 2. Abril- Junho, 2005. p. 24-28.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20 ed. rev. Porto Alegre: Editora Mediação. 2003.

IRELAND, Timothy D. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. *Em Aberto*, Brasília, v.24, n. 86, p. 19 – 39, nov. 2011.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 86, p. 141-155, nov. 2011.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 8 ed. São Paulo: EPU, 2004.